



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025**

Processo Nº: 0000276-22.2024.6.08.8000

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL - LOTE

Modo de Disputa: ABERTO E FECHADO

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES – MOBILIÁRIOS.

**Legislação:** Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e Lei Complementar 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014)

**Órgão Interessado:** Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, CNPJ n.º 03.910.634/0001-70, edifício-sede situado na Av. João Baptista Parra, 575, Praia do Suá - Vitória/ES, CEP 29052-123, fone (27) 2121-8614/2121-8447, [www.tre-es.jus.br](http://www.tre-es.jus.br)

**Sessão Pública:** 08 de maio de 2025, às 14:00h (horário de Brasília), com participação exclusivamente por meio de sistema eletrônico do Governo Federal, Compras ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**ANEXOS QUE COMPÕEM O EDITAL:**

**ANEXO I** – Termo de Referência

**ANEXO II** – Declaração de Dados Cadastrais do Licitante

**I DO OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais permanentes – mobiliários, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

**II DA PARTICIPAÇÃO**

**2.1** Poderão participar desta licitação, os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sistema de Compras do Governo Federal.

**2.2** Não poderão participar deste Pregão ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

**2.2.1** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo(s);



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**2.2.2** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.2.3** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.2.4** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.2.4.1** A impossibilidade de participação será verificada através da consulta aos seguintes Cadastros: **CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**, **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**, mantidos pela Controladoria Geral da União – CGU, no **CNCIAI – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade**, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no **SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores** e **TCU – Tribunal de Contas da União**;

**2.2.4.2** Para fins de cumprimento ao disposto no item 2.2.4, durante a fase de julgamento das propostas (após a fase de lances), será realizada verificação “online”, pelo Pregoeiro, em relação à empresa melhor classificada, quanto aos possíveis registros da empresa nos cadastros **CEIS, CNEP, CNCIAI, SICAF e TCU - Lista de responsáveis declarados inidôneos para participar de licitação**.

**2.2.4.2.1** As certidões constantes no item 2.2.4 (**CEIS, CNEP, CNCIAI e TCU**) poderão ser consultadas através do sítio oficial do Tribunal de Contas da União (certidões APF/consulta consolidada de pessoa jurídica).

**2.2.4.2.2** Em relação ao **Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI**, estarão impedidas de participar deste Pregão as empresas proibidas de contratar e receber incentivos fiscais e creditícios do Poder Público.

**2.2.4.2.3** As sanções registradas nos cadastros restritivo serão analisadas de acordo com a penalidade aplicada caso a caso, em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas da União.

**2.2.4.2.4** O impedimento de que trata o item **2.2.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.2.5** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.2.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.2.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.2.8** Agente público (direta ou indiretamente) do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**2.3** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **2.2.2 e 2.2.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.4** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.5** O disposto nos itens **2.2.2 e 2.2.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.6** A vedação de que trata o item **2.2.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.7** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**2.7.1** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**2.7.2** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**2.7.3** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**2.7.4** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**2.8** Na fase de julgamento das propostas da Sessão Pública, quando da identificação de sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham sócios, diretores ou representantes legais em comum, o Pregoeiro verificará a presença, ou não, de indícios outros que possam sugerir a ocorrência de fraude ou de conluio.

**2.8.1** Havendo fortes suspeitas da ocorrência de fraude ou de conluio, o Pregoeiro fará a desclassificação de todas as empresas integrantes do grupo econômico, apresentando as razões que o levaram a tal decisão.

### III DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

**3.1** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico Compras, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**3.2** Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar **credenciados junto ao órgão provedor previamente à data de realização do Pregão**.

**3.3** O licitante responsabiliza-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, promotor da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.4** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

### IV DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

**4.1** Os **licitantes encaminharão**, exclusivamente por meio do sistema, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.2** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão **retirar ou substituir** a proposta anteriormente inseridos no sistema;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**4.3** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**4.4** Os documentos serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

**4.4.1** Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, **prorrogável uma única vez por igual período**, após a solicitação do pregoeiro no sistema Compras.gov.

**4.4.1.1** A prorrogação de que trata este subitem 4.4.1, poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante **durante o decurso de prazo concedido**; ou
- b) de ofício, a critério do pregoeiro.

**4.4.1.2** Findo o prazo concedido, o pregoeiro ENCERRARÁ a CONVOCAÇÃO, ficando o licitante impossibilitado de encaminhar novos documentos.

## V DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

**5.1** A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **COM VALOR TOTAL DO ITEM**, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**5.2** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.3** A proposta deverá conter somente duas casas decimais.

**5.4** A apresentação da proposta implica na **aceitação de todas as condições** deste edital, em especial:

- a) **validade da proposta**, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta)** dias a serem contados da data da efetiva abertura das propostas;
- b) **os materiais deverão ser entregues e instalados em até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho.**
- c) **entrega do produto** em conformidade com as especificações constantes do **Termo de Referência (Anexo I)**, incluídos nos preços propostos todos os custos com materiais, **montagem**, mão de obra, transportes, carga e descarga, bem como todos os elementos que garantam a prestação do objeto do presente Pregão dentro das exigências das normas, especificações e detalhes, remunerações e quaisquer outros encargos que incidam sobre a obrigação dessa prestação;
- c.1)** ocorrendo divergência entre a descrição do produto constante no código SIASG (CATMAT) e no Termo de Referência (Anexo I), prevalecerá a descrição deste último;





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

d) entregar o material na Seção de Almoxarifado e Patrimônio deste Tribunal, localizado no seu edifício-sede, no horário das 13h às 18h, sem que isso implique em acréscimo no preço constante da Ata da Sessão Pública. No período de recesso, o horário de entrega do material deverá ocorrer no mesmo horário de funcionamento da Secretaria deste Tribunal. Em caso de força maior, o Tribunal poderá estabelecer agendamento de entrega dos materiais na Seção de Almoxarifado e Patrimônio.

e) cotação de valor TOTAL PARA CADA ITEM

e.1) O(s) **lote(s)** formado(s) no sistema refletir-se-á(ão) na tela de proposta do fornecedor, *que obrigatoriamente terá que cotar todos os itens do **lote** como condição de participação;*

e.2) O *Sistema fará automaticamente a totalização* dos valores cotados para os itens do **lote**;

e.3) *Após a fase de lances, na fase de aceitação da sessão pública*, o pregoeiro, ao abrir os itens para análise, abrirá o **lote** e procederá a análise das propostas dos itens daquele **lote**. **A desclassificação de um único item de um determinado lote, INCLUSIVE POR COTAÇÃO DE ITEM ACIMA DO VALOR ESTIMADO (conforme pesquisa de mercado realizada pelo TRE/ES), implicará a desclassificação da proposta para todo o lote**, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens do **lote**;

e.4) **Na fase de lances, muito embora a classificação final seja pelo valor total da contratação, a disputa será por item.** A cada lance ofertado (por item), o Sistema atualizará automaticamente o valor global/total do **lote** sagrando-se vencedora a empresa que ofertar o menor valor total do **lote, considerando todo o período da contratação.**

e.5) Finda a disputa, a aceitação será para o lote, não sendo possível aceitar parte dos itens, o mesmo ocorrendo nas demais fases de habilitação, adjudicação e homologação.

e.6) Os itens **01 a 23** formam o **LOTE 01**.

f) O licitante melhor classificado deverá enviar **AMOSTRA** dos seguintes itens:

- **Item 05** - 01 gaveteiro para uso nos Gabinetes dos membros, em lâmina de madeira natural marfim.

- **Item 11** - 01 estação de trabalho para uso na Presidência, em lâmina de madeira natural freijó.

f.1) A amostra será avaliada quanto ao atendimento das especificações técnicas e requisitos de qualidade, desempenho e funcionalidade definidos neste termo de referência

f.2) O licitante melhor classificado terá o prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da convocação do pregoeiro no Sistema Compras, para enviar uma amostra dos produtos ofertados para os itens **05 e 11**, conforme item 7.2 do Termo de Referência (Anexo I).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

f.3) Caso não seja apresentada a amostra no prazo estipulado, a proposta do licitante será recusada.

f.4) Não é necessária a entrega de amostra do material indicado como referência da contratação (marca: Madeirense; linha: Suprema), tendo em vista a pré-aprovação do mesmo.

## 5.5 DO ENVIO DA AMOSTRA

5.5.1 A análise da amostra será realizada de acordo com o disposto no item 7.2 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

### DOCUMENTAÇÃO A SER ENVIADA NA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

## (CERTIFICADOS)

5.5 Para TODOS os Itens, o licitante com a proposta melhor classificada deverá apresentar, durante a sessão pública, **Certificação FSC ou CERFLOR ou ABNT ISO 14001** a fim de demonstrar a origem da madeira que será utilizada na confecção dos mobiliários, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

5.5.1 Caso a certificação seja fornecida em nome da indústria produtora dos painéis de madeira, utilizados como matéria prima pela indústria do mobiliário, a empresa licitante deverá comprovar, por meio de documentos (declarações ou outros), que será entregue o mobiliário fabricado com a madeira certificada.

5.5.2 O pregoeiro convocará a empresa licitante para, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma única vez por igual período, nas situações elencadas no subitem 4.4.1.1 deste edital, contados a partir da convocação via chat, enviar o respectivo documento comprobatório na fase de julgamento da proposta, na forma eletrônica, como "ANEXO", no Sistema Compras.gov.

5.5.3 Após o prazo estipulado, o pregoeiro ENCERRARÁ a CONVOCAÇÃO, ficando o licitante impossibilitado de encaminhar o documento referente à certificação do produto e sua proposta será DESCLASSIFICADA.

5.6 Para TODOS os Itens, o licitante com a proposta melhor classificada deverá apresentar, durante a sessão pública, **Laudo de Ensaio conforme NBR 14535/08, comprovando resistência à dureza ao Lápis 5H ou superior (para rompimento e amassamento), e resistência a abrasão**, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

5.6.1 O pregoeiro convocará a empresa licitante para, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma única vez por igual período, nas situações elencadas no subitem 4.4.1.1 deste edital, contados a partir da convocação via chat, enviar o respectivo documento comprobatório na fase de julgamento da



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

proposta, na forma eletrônica, como “ANEXO”, no Sistema Compras.gov, conforme .

5.6.2 Após o prazo estipulado, o pregoeiro ENCERRARÁ a CONVOCAÇÃO, ficando o licitante impossibilitado de encaminhar o documento referente à certificação do produto e sua proposta será DESCLASSIFICADA.

**5.7 Para TODOS os itens**, o licitante **deverá apresentar** comprovação do registro no **Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais**, com o respectivo Certificado de Regularidade válido, em nome do fabricante.

5.7.1 A comprovação de que trata o item 5.6 poderá ser feita “online” no sítio do IBAMA, desde que o Licitante tenha disponibilizado, durante a sessão pública, as informações necessárias para consulta.

5.7.2 É dispensada a exigência desse item caso a atividade não conste na Tabela de Atividades, Anexo I, da Instrução Normativa IBAMA nº 13 de 23 de Agosto de 2021.

5.7.3 - Caso não seja possível obter a comprovação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, com o respectivo Certificado de Regularidade válido, previsto na Instrução Normativa IBAMA nº 13 de 23 de Agosto de 2021, “online” no sítio do IBAMA, o pregoeiro convocará a empresa licitante para, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma única vez por igual período, **nas situações elencadas no subitem 4.4.1.1 deste edital**, contados a partir da convocação via chat, enviar o respectivo documento comprobatório na fase de julgamento da proposta, na forma eletrônica, como “ANEXO”, no Sistema Compras.gov.

5.7.3.1 - Após o prazo estipulado, o pregoeiro ENCERRARÁ a CONVOCAÇÃO, ficando o licitante impossibilitado de encaminhar o documento comprobatório do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, com o respectivo Certificado de Regularidade válido, previsto na Instrução Normativa IBAMA nº 13 de 23 de Agosto de 2021, e sua proposta será DESCLASSIFICADA.

5.8 Os Certificados, por si só, não dispensam o atendimento às demais especificações contidas neste Termo de Referência (Anexo I).

## VI DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 A partir do horário previsto no edital, a sessão pública será aberta, via sistema eletrônico.

6.2 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

## VII DA FORMULAÇÃO E JULGAMENTO DOS LANCES E DA PROPOSTA

**7.1** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances para o objeto cotado, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro, observado o disposto na IN/SEGES nº 73/2022.

**7.2** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos no **valor total do item**, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

**7.2.1** Deverá ser observado o intervalo mínimo de **diferença de valor percentual de 0,1% (zero vírgula um por cento)** que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**7.3** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.4** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto e fechado"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**7.5** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**7.6** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.7** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.8** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.9** Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.10** **Poderá o pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

**7.11** Não serão aceitos dois ou mais **lances iguais**, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**7.12** Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado por item, vedada a identificação do licitante.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

- 7.13** Na hipótese de o sistema eletrônico **desconectar para o pregoeiro** no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública **e permanecer acessível aos licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.14** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.15** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta (de acordo com o menor preço constante da pesquisa de mercado) ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.
- 7.16** Encerradas as etapas de lances e negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, conforme termo de referência.
- 7.17** Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- 7.17.1** Ocorrendo a situação a que se refere este item, a pregoeiro **deverá** negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.17.2** Caso o pregoeiro não obtenha êxito na negociação, será desclassificada a proposta que apresentar preço final superior ao máximo fixado.
- 7.18** A proposta e os lances deverão conter somente duas casas decimais.
- 7.19** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de **desempate** previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 7.20** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.20.1** Persistindo o empate, o pregoeiro realizará sorteio público para classificação das propostas.
- a)** O sorteio, conforme previsão contida no item 7.20.1 do instrumento convocatório, terá como base o resultado da "**Loteria Federal**" e considerará o concurso seguinte à comunicação registrada pelo pregoeiro, via "chat";
- b)** Caso o empate ocorra somente entre **duas propostas**, as propostas empatadas serão organizadas por ordem alfabética da respectiva razão social, atribuindo os números PARES à primeira (0, 2, 4, 6, 8) e os números ÍMPARES à segunda (1, 3, 5, 7, 9);
- c)** Havendo **mais de duas propostas** empatadas, elas serão organizadas por ordem alfabética da respectiva razão social atribuindo o número "0" (zero) à primeira, "1" (um) à segunda, "2" (dois) à terceira, e assim sucessivamente, até número "9";



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

- d) Será classificada em 1º lugar a empresa cujo número atribuído for IGUAL ao primeiro dígito referente ao 1º prêmio do concurso;
- e) Caso não seja possível definir o vencedor com base no item anterior, será considerado o 2º dígito do 1º prêmio para que haja essa definição, e assim sucessivamente até o último dígito do 5º prêmio do referido concurso;
- f) Para determinar a ordem alfabética serão consideradas apenas as letras que compõem a razão social, desprezando-se os demais caracteres.

7.21 Na hipótese de necessidade de **suspensão da sessão pública para a realização de diligências**, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

#### VIII. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1 Aplicar-se-á as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, às microempresas e empresas de pequeno porte, previamente identificadas no sistema, por ocasião da participação neste certame licitatório.

8.2 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao **momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame pelo Pregoeiro**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.2.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 8.2.1, implicará decadência do direito à contratação, **sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021**, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada de nota de empenho, ou revogar a licitação.

8.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.4 Neste procedimento será assegurada, como critério de **desempate**, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**8.4.1 Entende-se por empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até **05% (cinco por cento)** superiores à proposta de melhor preço.

**8.5** Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar Nº 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**8.5.1** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

**8.5.2 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte**, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item **8.4.1**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**8.5.3** No caso de **equivalência** dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item **8.4.1**, será realizado **sorteio eletrônico** entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.6** Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 8.5, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**8.7** O disposto no item 8.5 **somente se aplicará** quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

## IX. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

**9.1** No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de **menor preço por lote**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

**9.2** O objeto deste PREGÃO será adjudicado **por lote** ao licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

## X. DA HABILITAÇÃO

**10.1** Para participar da presente Licitação, o licitante deverá estar credenciado no SICAF, com a **documentação relativa ao FGTS, Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional regularizada**, podendo sua comprovação ser verificada "*on line*" pelo Pregoeiro.

**10.2 Além da documentação acima**, será necessária, ainda, a apresentação das seguintes provas de regularidade, que também poderão ser verificadas pelo pregoeiro de forma "*on line*":

**10.2.1** Fazenda Estadual da sede ou do domicílio da empresa licitante;

**10.2.2** Justiça do Trabalho.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**10.3** O licitante deverá preencher também, no momento do envio da proposta comercial, no sistema Compras.gov, as seguintes declarações:

- a) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- b) De que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta e atende aos requisitos de habilitação neles estabelecidos.
- c) De que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

**10.4** Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, o Pregoeiro poderá consultar o documento do licitante vencedor nos sítios das entidades responsáveis ou, por fim, solicitar seu envio **via sistema "Compras"** na forma de "anexo", **no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período**, CONTADO DA COMUNICAÇÃO DO PREGOEIRO VIA "CHAT", observado o disposto no item **8.2.1** deste Edital.

**10.4.1** **A prorrogação de que trata o item 10.4**, poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante durante o decurso de prazo concedido; ou
- b) de ofício, a critério do pregoeiro.

**10.5** Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da empresa licitante e com indicação do número do CNPJ e endereço.

**10.5.1** **Se o licitante for a matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

**10.5.2** **Se o licitante for a filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

**10.5.3** **Caso a participação neste procedimento se dê por um estabelecimento e a execução contratual por outro da mesma empresa (Matriz/Filiais), a habilitação dar-se-á por ambos, conforme número(s) de CNPJ(s) informado(s) na DECLARAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DO LICITANTE.**

**10.6** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado, **observado o disposto no item 8.2.1 deste Edital.**

**10.7** A declaração constante do item 10.3, letra "a", será verificada pelo pregoeiro na fase de habilitação da empresa.

## **XI. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**11.1** Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, por meio eletrônico, via internet, no endereço [slc@tre-es.jus.br](mailto:slc@tre-es.jus.br).

**11.2** Caberá ao pregoeiro, podendo ser auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**11.3** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**11.4** As respostas aos pedidos de impugnação formulados, serão divulgados na página web do Sistema Compras, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), bem como no sítio eletrônico deste Regional ([www.tre-es.jus.br](http://www.tre-es.jus.br)), no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sendo de responsabilidade das empresas interessadas em participar do certame o acesso para obtenção das informações prestadas.

## **XII. DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTOS, COMUNICADOS E ALTERAÇÕES**

**12.1** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, via internet, no endereço [slc@tre-es.jus.br](mailto:slc@tre-es.jus.br).

**12.2** As respostas aos pedidos formulados, bem como os comunicados ou alterações necessárias, serão divulgados mediante nota na página web do Sistema Compras, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), bem como no sítio eletrônico deste Regional ([www.tre-es.jus.br](http://www.tre-es.jus.br)), no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sendo de responsabilidade das empresas interessadas em participar do certame o acesso para obtenção das informações prestadas.

## **XIII. DO RECURSO**

**13.1** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inhabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**13.2** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação.

**13.3** Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**13.4** O(s) recurso(s) será(ão) dirigido(s) ao Pregoeiro que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua **decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

**13.5** Julgado improcedente o recurso, o Presidente deste Tribunal fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

**13.6** Julgado procedente o recurso, serão considerados inválidos apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### XIV. DA ADJUDICAÇÃO

**14.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto.

#### XV. DA HOMOLOGAÇÃO

**15.1** O Presidente deste Tribunal homologará a licitação, e a Administração convocará o adjudicatário para **retirar ou receber a nota de empenho** no prazo de 03 (três) dias úteis, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

**15.2** Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a **retirar ou receber a nota de empenho**, **será convocado outro licitante**, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, **retirar ou receber a nota de empenho**, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais.

#### XVI. DAS PENALIDADES

**16.1** O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho, ou a recusa em aceitá-la, implicará na cobrança de multa equivalente a **20% (vinte por cento)** do valor total adjudicado e no impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta **da União** pelo período de até 3 (três) anos.

**16.1.1** Após a homologação do certame, e até o momento de emissão da nota de empenho/assinatura do instrumento contratual, o licitante vencedor, que estiver impedido de licitar e contratar com a Administração ou tiver perdido a sua condição de habilitação, sujeitar-se-á ao pagamento de multa equivalente a **20%** (vinte por cento) do valor adjudicado e no impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta **da União** pelo período de até 3 (três) anos.

**16.2** Em conformidade com as disposições previstas neste Edital, o licitante que descumprir as obrigações nele estipuladas e/ou praticar infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21, ficará sujeito às sanções estabelecidas no **art. 156** da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, às constantes no Termo de Referência/Instrumento contratual e, ainda, à seguinte penalidade:

**a) Por deixar de entregar documentação exigida para o certame ou não mantiver a proposta, o licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União, em conformidade com o disposto nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**a.1)** A aplicação da penalidade fica condicionada à verificação da ocorrência das seguintes condutas:

**a.1.1)** Pedir desclassificação (desistência) ao final da disputa de lances, por ter ganho poucos itens de pequeno valor e não compensar economicamente o envio destes;

**a.1.2)** Enviar lances inexecutáveis, para um mesmo item, reiteradas vezes (acima de duas) durante a sessão pública;

**a.1.3)** No decorrer da sessão pública, não encaminhar documentação exigida no Edital, relativa à proposta e/ou habilitação, enviar após o prazo editalício ou não apresentar documentação em cópia autenticada ou original, quando o Edital determinar.

**16.3** As sanções aplicadas serão publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

**16.4** A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

## **XVII. DA DOTAÇÃO**

**17.1** A despesa decorrente da aquisição do objeto deste Edital correrá à conta de recursos específicos, já previamente reservados e consignados no orçamento anual deste Tribunal, em compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, conforme disposto no art. 16 da Lei Complementar n.º 101/2000:

**Ação:** 02.122.0033.20GP.0032 – Julgamentos de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado do Espírito Santo

**Natureza da Despesa:** 449052 – Equipamentos e Material Permanente

**Classificação Contábil:** 449052.42 – Mobiliário em Geral

## **XVIII. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR**

**18.1** O licitante vencedor ficará obrigado a:

**a)** Retirar ou receber a nota de empenho no prazo estabelecido neste Edital, mantendo todas as condições de participação e habilitação nele existentes;

**b)** Entregar e instalar o produto no prazo estipulado no edital;

**c)** Entregar o mesmo pelo preço final previsto na Ata da Sessão Pública;

**d)** Entregar o material na Seção de Almoxarifado e Patrimônio deste Tribunal, localizado no seu edifício-sede, sem que isso implique em acréscimo no preço constante da Ata da Sessão Pública.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

e) **Entregar e instalar o material** no prazo estipulado em edital, contados a partir do recebimento da nota de empenho;

e.1) Após a entrega, o produto será conferido pelo setor competente, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, que atestará a sua regularidade.

e.2) constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-lo no prazo máximo de **20 (vinte)** dias corridos, contados a partir do término do prazo máximo de entrega, estabelecido no item **5.4, "b"** ou a partir da data do recebimento, pelo licitante vencedor, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem seja mais favorável ao licitante vencedor.

e.3) retirar, no ato da substituição, ou em até 05 (cinco) dias úteis da ocorrência da mesma, mediante documento hábil a ser emitido pelo fornecedor, todo material que porventura tenha sido substituído, por estar em desacordo com a especificação prevista em Edital.

e.4) providenciar a retirada de todo material não aceito pelo Tribunal no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados automaticamente a partir da data do término do último prazo para entrega/substituição previsto neste Edital, sob pena de caracterização de abandono, podendo ser, então, o(s) bem(ns) incorporado(s) ao patrimônio deste TRE-ES.

f) Entregar os produtos com informações corretas, claras, precisas e em língua portuguesa sobre suas características, quantidade, composição e origem, em atendimento ao disposto no Código de Defesa do Consumidor, e, também, às Normas pertinentes (ABNT, INMETRO e outras), observando as dimensões e demais especificações solicitadas neste termo.

g) Em se tratando de produto estrangeiro ou produto com tecnologia importada, deverá vir acompanhado de manual cujas especificações mínimas deverão estar traduzidas em língua portuguesa;

h) apresentar todas as certidões de regularidade fiscal tanto da empresa participante da licitação, como daquela encarregada pela execução do objeto/contrato, no caso de matriz e filial, devidamente atualizadas, no ato da entrega dos materiais e na retirada da nota de empenho/no ato de assinatura do instrumento contratual, bem como da apresentação da Nota Fiscal/Fatura para pagamento;

i) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

j) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante do Simples Nacional;

j.1) Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

k) Substituir, em até 5 (cinco) dias úteis, o documento fiscal que relacione itens não aceitos, por estarem em desconformidade com o Edital, por outro que contenha apenas os aprovados;

l) Ocorrendo **alteração em relação a qualquer (quaisquer) CNPJ(s) informado(s) na sessão pública do Pregão Eletrônico (Matriz/Filiais)**, para fins de verificação da regularidade fiscal, deverá a empresa licitante requerer, formal e justificadamente, a alteração, com antecedência mínima de **08 (oito)** dias úteis da data prevista para o pagamento da correspondente nota fiscal. O pagamento estará condicionado à verificação da regularidade fiscal tanto da empresa participante da licitação, como daquela indicada para a execução do contrato;

m) Comunicar ao tribunal qualquer alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie as disposições da Resolução CNJ nº 07/2005 e alterações posteriores;

n) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

o) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

## **XIX. DO PAGAMENTO**

**19.1** O objeto entregue pelo licitante vencedor será pago após a apresentação do respectivo documento fiscal, mediante depósito bancário em conta corrente. Não havendo nenhum fator impeditivo provocado pela contratada, a Contratante providenciará o pagamento até o quinto dia útil seguinte ao atesto do documento fiscal pelo servidor responsável.

**19.2** A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL **(01) via** na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

**19.3** A declaração de que trata o item anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

**19.4** Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que o contratado efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere às retenções tributárias.

**19.5** A Nota Fiscal/Fatura apresentada por ocasião do pagamento deverá ser, OBRIGATORIAMENTE, emitida pelo mesmo estabelecimento habilitado no procedimento licitatório.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**19.6** Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao contratado pelo gestor do contrato e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

**19.7** O pagamento será efetuado, obedecida a ordem cronológica, nos termos do art. 141 da Lei n. 14.133/2021.

**19.8** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da fórmula  $EM = I \times N \times VP$ , na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$                        $I = 6/100/365$                        $I = 0,0001643$  Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%

## **XX. DA LEI Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)**

**20.1** É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**20.2** Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

## **XXI. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**21.1** Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

**21.2** O objeto deste PREGÃO poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 125 da Lei n.º 14.133/2021.

**21.3** A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**21.4** Nos procedimentos administrativos instaurados em razão de descumprimentos editalícios/contratuais, as empresas serão notificadas com base nos dados constantes do Anexo II (Declaração de Dados Cadastrais do Licitante).

**21.4.1** Na hipótese de insucesso da notificação conforme item anterior, o TRE/ES realizará a notificação por meio de aviso publicado no Diário Oficial da União e, de forma complementar, poderá publicá-la no Diário da Justiça Eletrônico deste Regional ([www.tre-es.jus.br](http://www.tre-es.jus.br))

**21.5** A declaração que trata o item anterior poderá ser apresentada, por meio de mensagem (chat) no sistema Compras, conforme modelo constante no Anexo II, no prazo de 30 (trinta) minutos, **CONTADO DA COMUNICAÇÃO DO PREGOEIRO, VIA "CHAT"**.

**21.6** É da responsabilidade dos licitantes/contratados manterem os dados constantes do **Anexo II** devidamente atualizados perante a Administração.

**21.7** O licitante, ao cadastrar a sua proposta, deverá preencher todas as declarações contidas no Sistema Compras.gov.

**21.8** Em atenção à vedação de que trata o art. 6º-A, da Lei nº 10.522/2002, o fornecedor inscrito no CADIN, caso venha a vencer a licitação, deverá, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação emitida pelo TRE-ES, regularizar sua situação, sob pena de decair o direito à contratação. A verificação da situação do fornecedor no CADIN será realizada antes da emissão da nota de empenho, da assinatura de contrato e dos respectivos termos de aditamento.

Vitória/ES, 17 de janeiro de 2025

**DES. CARLOS SIMÕES FONSECA**  
Presidente do TRE/ES



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

**1 – DO OBJETO:**

Aquisição de itens de material permanente – Mobiliário em Geral -, conforme detalhamento neste Termo de Referência.

**2 – DA FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO**

**2.1 – DA MOTIVAÇÃO / JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

Aquisição de mobiliários, para o regular funcionamento dos Gabinetes dos Membros e Sala de Reunião, conforme manifestação conjunta dos Gabinetes dos Membros despacho id. [1126358](#). Informam, ainda, a lotação de novos servidores aos gabinetes: *"Cumpre salientar que os antigos gabinetes eram compostos, originalmente, na data da sua montagem original, por apenas 2 pessoas, 1 juiz-membro e 1 servidor. Hoje, cada gabinete de juiz-membro conta com 5 pessoas, o próprio juiz-membro, 1 assessor, 2 assistentes e 1 estagiário, o que justifica o incremento no quantitativo de móveis solicitados em complementação aos existentes."*

Aquisição de mobiliários, para atender a reforma do conjunto de salas da Presidência, necessitando de mobiliário adequado ao novo ambiente, conforme registrado no documento id. [1213053](#) dos autos [0005050-95.2024.6.08.8000](#), destacando alguns trechos:

"Conforme acordado em reunião do dia 09/08/2024, solicito que sejam iniciados os procedimentos de reforma do conjunto de salas que compõem esta Presidência.

Para fins de registro, cabe esclarecer que o *lay out* atual não mais atende às necessidades desta Unidade em termos de adequação, funcionalidade e segurança, tanto de pessoas como de informações, sendo necessária sua reorganização.

[...]

O mobiliário atualmente utilizado pelo Juiz Auxiliar, Secretaria da Presidência e Assessoria Jurídica é inadequado aos ambientes, onde as pessoas necessitam de melhor acomodação e funcionalidade dentro de padrões ergonômicos modernos, uma vez que tais servidores trabalham em atividades que exigem produtividade de alto padrão e em nível de estresse considerável. Como sabido, um ambiente de trabalho bem estruturado e organizado contribui para o bem estar organizacional.

[...]

Sendo assim, tendo em vista a padronização que já vem sendo adotada para outros ambientes da alta direção desta Corte, e considerando as necessidades acima apontadas, solicito a sempre atenciosa colaboração de Vossa Senhoria



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

para a adoção das providências pertinentes a fim de viabilizar as contratações necessárias ao que se pretende, à luz dos princípios norteadores da Administração Pública."

Assim, o presente Termo foi elaborado com base nas informações anteriores, no Documento de Formalização da Demanda (1270571), no Estudo Técnico Preliminar (1270605) e nos ADENDOS I (1270598) e II (1265544).

## 2.2 – DO OBJETIVO:

O objetivo da contratação é disponibilizar os mobiliários, de uso permanente, para o regular funcionamento dos Gabinetes dos Membros, Sala de Reunião e Presidência.

## 3 – DESCRIÇÃO E REQUISITOS DO OBJETO

### 3.1 – CARACTERÍSTICAS DO OBJETO:

#### 3.1.1 – Especificações mínimas:

#### LOTE 01

#### ITENS 01 a 23 – Mobiliários dos Gabinetes dos Membros, Sala de Reunião e Mobiliários das Salas da Presidência.

**Obs.(1): Os mobiliários destinados aos Gabinetes dos Membros e a Sala de Reunião, Itens 01 a 10, deverão seguir o que está estabelecido no ADENDO I deste Termo de Referência, bem como deverão ser confeccionados no mesmo padrão do mobiliário já existente.**

**Obs.(2): Os mobiliários destinados às Salas da Presidência, Itens 11 a 23, deverão seguir o que está estabelecido no ADENDO II deste Termo de Referência, bem como deverão ser confeccionados no mesmo padrão.**

**Obs.(3): Em razão da necessidade de padronização com o mobiliário já existente nos Gabinetes dos Membros e, ainda, em razão da necessidade de buscar a harmonização dos itens entre si, pois, os mobiliários compõem ambientes da alta Administração (Gabinetes dos Membros e Presidência) é indicado, como referência, o mobiliário da Marca MADEIRENSE, Linha SUPREMA\*\*.**

#### Item 01 - MESA DE TRABALHO EM “L”

Código SIASG/CATMAT\*: BR0257563

Descrição do Material:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

- Estação de trabalho, composta por 01 (uma) superfície (tampo) com corte sinuoso, em “L”, medindo 135x90cm, saídas de 60cm, confeccionada em MDF de 25mm de espessura com acabamento em lâmina de madeira de lei natural **Marfim**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.
- Tampo (complemento), medindo 60x60cm, confeccionado em MDF de 25mm de espessura com acabamento em lâmina de madeira de lei natural **Marfim**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.
- Tampo (complemento), medindo 90x60cm, sendo parte reto (60cm) e parte em semicírculo, com raio de 30cm, confeccionado em MDF de 25mm de espessura com acabamento em lâmina de madeira de lei natural **Marfim**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.
- Painel frontal com 18mm de espessura confeccionado em MDF, com acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta, fixado sob a superfície e entre montantes estruturais e coluna de sustentação.
- Painéis retos (**Fechamento da Mesa**) com 25mm de espessura, confeccionados em MDF, com acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta, fixados ao tampo através de mão francesa ou cantoneira com parafusos auto-atarraxantes ou girofix, **sendo 01 de 90x105cm (a ser instalado na lateral) e demais medindo, pelo menos, 60x105cm (a serem instalados na frente), totalizando 135x105cm.**
- **Sistema conector para painéis (ligação no canto).**
- Bordas dos tampos e dos painéis com acabamento/proteção igual às respectivas peças.
- Furação passa fio no tampo, com acabamento na cor preta.
- Calhas com saídas para tomadas elétricas e RJ45, fixadas na parte interna no painel frontal.
- Base em tubo de aço oblongo em chapa de aço de no mínimo 1,5mm de espessura, com passagem para cabos e acabamento em pintura epóxi-pó na cor alumínio.
- Coluna de sustentação em chapa de aço de no mínimo 1,5mm de espessura, seção redonda, com diâmetro de 5 a 6cm, pintura em epóxi pó, na cor alumínio, pelo sistema eletrostático e curado em estufa.
- Pés/Sapatas reguladoras de nível com altura de 2 a 3cm.
- Fixação das estruturas ao tampo através de parafusos com buchas em zamak.

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 06 Unidades**

**Item 02 - MESA DE TRABALHO EM “L”**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0257563**

**Descrição do Material:**

- Estação de trabalho, composta por 01 (uma) superfície (tampo) com corte sinuoso, em “L”, medindo 135x90 cm, saídas de 60 cm, confeccionada em MDF de 25mm de





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

espessura com acabamento em lâmina de madeira de lei natural **Marfim**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.

- Tampo (**complemento**), medindo 60x60cm, confeccionado em MDF de 25mm de espessura com acabamento em lâmina de madeira de lei natural **Marfim**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.

- Tampo (**complemento**), medindo 90x60 cm, sendo parte reto (60cm) e parte em semicírculo, com raio de 30cm, confeccionado em MDF de 25mm de espessura com acabamento em lâmina de madeira de lei natural **Marfim**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.

- Painel frontal com 18mm de espessura confeccionado em MDF, com acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta, fixado sob a superfície e entre montantes estruturais e coluna de sustentação.

- Painéis retos (**Fechamento da Mesa**) com 25mm de espessura, confeccionados em MDF, com acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta, fixados ao tampo através de mão francesa ou cantoneira com parafusos auto-atarraxantes ou girofix, **sendo 01 de 90x105cm (a ser instalado na lateral) e demais medindo, pelo menos, 60x105cm (a serem instalados na frente), totalizando 135x105cm.**

- Sistema conector para painéis (ligação no canto).

- Bordas dos tampos e dos painéis com acabamento/proteção igual às respectivas peças.

- Furação passa fio no tampo, com acabamento na cor preta.

- Calhas com saídas para tomadas elétricas e RJ45, fixadas na parte interna no painel frontal.

- Base em tubo de aço oblongo em chapa de aço de no mínimo 1,5mm de espessura, com passagem para cabos e acabamento em pintura epóxi-pó na cor alumínio.

- Coluna de sustentação em chapa de aço de no mínimo 1,5mm de espessura, seção redonda, com diâmetro de 5 a 6cm, pintura em epóxi pó, na cor alumínio, pelo sistema eletrostático e curado em estufa.

- Pés/Sapatas reguladoras de nível com altura de 2 a 3cm.

- Fixação das estruturas ao tampo através de parafusos com buchas em zamak.

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 09 Unidades**

**Item 03 - MESA EM MADEIRA, RETANGULAR**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0611900**

**Descrição do Material:**

- Tampo confeccionado em MDF de 25mm de espessura com acabamento em lâmina de madeira de lei natural **Marfim**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.

- Dimensões da mesa: 140x80x74cm, podendo a altura variar em até 1cm.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

- Painel frontal com 18mm de espessura confeccionado em MDF, com acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta, fixado sob a superfície e entre a estrutura de sustentação.
- Bordas dos tampos e dos painéis com acabamento/proteção igual às respectivas peças.
- Furação passa fio no tampo, com acabamento na cor preta.
- Calhas com saídas para tomadas elétricas e RJ45, fixadas na parte interna no painel frontal;
- Estrutura de sustentação da superfície através de 04(quatro) pés em aço, chapa de no mínimo 1,5mm de espessura, seção redonda, com diâmetro de 90mm a 125mm, pintura em epóxi pó, na cor alumínio, pelo sistema eletrostático e curado em estufa OU base em tubo de aço oblongo com passagem para cabos e acabamento em pintura epóxi-pó na cor alumínio;
- Sapatas reguladoras de nível.
- Fixação da superfície à estrutura através de parafusos e buchas em zamak.

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 04 Unidades**

**Item 04 - MESA EM MADEIRA, RETANGULAR**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0611900**

**Descrição do Material:**

- Tampo confeccionado em MDF de 25mm de espessura com acabamento em lâmina de madeira de lei natural **Marfim**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.
- Dimensões da mesa: 140x60x74cm, podendo a altura variar em até 1cm.
- Painel frontal com 18mm de espessura confeccionado em MDF, com acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta, fixado sob a superfície e entre a estrutura de sustentação.
- Bordas dos tampos e dos painéis com acabamento/proteção igual às respectivas peças.
- Furação passa fio no tampo, com acabamento na cor preta.
- Calhas com saídas para tomadas elétricas e RJ45, fixadas na parte interna no painel frontal;
- Estrutura de sustentação da superfície através de 04(quatro) pés em aço, chapa de no mínimo 1,5mm de espessura, seção redonda, com diâmetro de 90mm a 125mm, pintura em epóxi pó, na cor alumínio, pelo sistema eletrostático e curado em estufa OU base em tubo de aço oblongo com passagem para cabos e acabamento em pintura epóxi-pó na cor alumínio;
- Sapatas reguladoras de nível.
- Fixação da superfície à estrutura através de parafusos e buchas em zamak.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 01 Unidade**

**Item 05 – GAVETEIRO VOLANTE, 03 GAVETAS, EXECUTIVO**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0612001**

**Descrição do Material:**

- Dimensões: 43x50x65cm, podendo variar em até 3cm.
- Laterais e fundo em MDF de no mínimo 15mm de espessura. Acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta.
- Frente das gavetas, com espessura de 20mm, e Tampo superior, com espessura de 25mm, em MDF folheado em lâmina de madeira de lei natural **Marfim**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.
- Três gavetas com laterais em aço ou laterais e fundo em aço, pintadas em epóxi pó preto, pelo sistema eletrostático, correndo sob trilhos metálicos, em roldanas de nylon, na parte superior.
- Puxadores embutidos na cor preta ou em metal na cor alumínio escovado.
- Fechadura frontal em aço cromado de comando único.
- Rodízios de duplo giro, em nylon integral.

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 15 Unidades**

**Item 06 - ARMÁRIO BAIXO EM MADEIRA, TIPO EXECUTIVO**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0611264**

**Descrição do Material:**

- Armário com duas portas de abrir.
- Lateral e fundo em MDF de, no mínimo, 15mm de espessura. Acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta.
- Portas de abrir em MDF, com espessura de 20mm, e Tampo em MDF, com espessura de 25mm, com acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta.
- Fechadura frontal em aço cromado.
- Com 01 (uma) prateleira interna regulável ao passo de 5(cinco) em 5(cinco) cm.
- Base metálica em aço, altura de 50 a 60mm, pintada em epóxi pó, na cor preta.
- Dimensões: 90X50X74cm, podendo variar em até 2,5cm.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 11 Unidades**

**Item 07 – MESA DE APOIO, REDONDA**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0602629**

**Descrição do Material:**

- Tampo confeccionado em MDF de 25mm de espessura com acabamento em lâmina de madeira de lei natural **Freijó ou Marfim**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.
- Tampo de formato redondo.
- Dimensões: 70cm de diâmetro e 75cm de altura.
- **Base “tipo Saarinen”** redonda, produzida em alumínio com acabamento em pintura automotiva PU alto brilho na cor preta.
- Contra tampo de 25 mm com pintura automotiva.

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 05 Unidades**

**Item 08 - MESA EM MADEIRA, PARA REUNIÃO**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0346525**

**Descrição do Material:**

- Sobretampo confeccionado em MDF de 25mm de espessura com acabamento em madeira natural ou aglomerado folheado em lâmina de madeira de lei natural **Marfim**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.
- Sobretampo de formato oval e reto nas extremidades laterais;
- 02 (dois) tampos sobrepostos, sendo o inferior em MDF com no mínimo 18mm de espessura com bordas chanfradas e arredondadas a 180°. Acabamento do MDF em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta.
- Sobretampo seccionado, com no mínimo 18mm de espessura.
- A parte central deverá ser em MDF com o mesmo acabamento do tampo inferior.
- A parte das extremidades em madeira natural ou aglomerado folheado em lâmina de madeira de lei natural **Marfim**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.
- Dimensões:
  - Comprimento = 400cm (podendo variar em até 10cm);



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

- Largura (central) = 120cm;
  - Largura (extremidades) = 90cm;
  - Altura = 74 cm (podendo variar em até 02 cm).
- Calha para passagem de fiação com divisão interna para fiação em chapa de aço # 18;
  - Calha vertical de aço para subida de fios elétricos e lógica instalada;
  - 04 (quatro) Caixas de Tomadas em chapa de aço #20 SAE1020, alojamento para 04 tomadas elétricas, 03 pontos RJ de rede ou telefonia, 02 saídas de vídeo, 03 saídas de áudio, tampa removível com 04 saídas para fiação;
  - Estrutura de sustentação da superfície através de 03(três) a 04(quatro) pés oblongo com acabamento em pintura epóxi-pó na cor alumínio;
  - Sapatas reguladoras de nível;
  - Fixação da superfície à estrutura através de parafusos e buchas em zamak.

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 01 Unidade**

**Item 09 – ARMÁRIO EM MADEIRA PARA FRIGOBAR**  
**CÓDIGO SIASG/CATMAT\*: BR0458114**

**Descrição do Material:**

- Armário com uma porta;
- Tampo de 73cm de largura e 65cm de profundidade, confeccionado em MDF de 25mm de espessura.
- Frente com uma porta com 83,5cm de altura e 72cm de largura, confeccionada em MDF de 20mm de espessura, com puxador metálico, e um nicho com 25cm de altura x 65cm de profundidade (20x63,5cm Interno);
- Altura total do armário: 114cm
- Lateral e fundo em MDF de, no mínimo, 15mm de espessura.
- Fundo com abertura para ventilação;
- Sapatas/Pés niveladores com, aproximadamente, 5cm de altura;
- Acabamento do MDF em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta;

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 05 Unidades**

**Item 10 – MESA DE APOIO, QUADRADA**  
**Código SIASG/CATMAT\*: BR0607705**

**Descrição do Material:**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

- Tampo confeccionado em MDF de 25mm de espessura com acabamento em lâmina de madeira de lei natural Marfim, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.
- Tampo de formato quadrado.
- Dimensões: 70x70cm e 50cm de altura.
- Estrutura de sustentação da superfície através de 04(quatro) pés em aço, chapa de no mínimo 1,5mm de espessura, seção redonda, com diâmetro de 60mm a 90mm, pintura em epóxi pó, na **cor preta**, pelo sistema eletrostático e curado em estufa.

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 05 Unidades**

**Item 11 - MESA DE TRABALHO EM “L”**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0257563**

**Descrição do Material:**

- Estação de trabalho, composta por 01 (uma) superfície (tampo) com corte sinuoso, em “L”, medindo 135x90cm, saídas de 60cm, confeccionada em MDF de 25mm de espessura com acabamento em lâmina de madeira de lei natural **Freijó**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.
- Tampo (**complemento**), medindo 60x60cm, confeccionado em MDF de 25mm de espessura com acabamento em lâmina de madeira de lei natural **Freijó**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.
- Tampo (**complemento**), medindo 90x60cm, sendo parte reto (60cm) e parte em semicírculo, com raio de 30cm, confeccionado em MDF de 25mm de espessura com acabamento em lâmina de madeira de lei natural **Freijó**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.
- Painel frontal com 18mm de espessura confeccionado em MDF, com acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta, fixado sob a superfície e entre montantes estruturais e coluna de sustentação.
- Painéis retos (**Fechamento da Mesa**) com 25mm de espessura, confeccionados em MDF, com acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta, fixados ao tampo através de mão francesa ou cantoneira com parafusos auto-atarraxantes ou girofix, **sendo 01 de 90x105cm (a ser instalado na lateral) e demais medindo, pelo menos, 60x105cm (a serem instalados na frente), totalizando 135x105cm.**
- **Sistema conector para painéis (ligação no canto).**
- Bordas dos tampos e dos painéis com acabamento/proteção igual às respectivas peças.
- Furação passa fio no tampo, com acabamento na cor preta.
- Calhas com saídas para tomadas elétricas e RJ45, fixadas na parte interna no painel frontal.
- Base em tubo de aço oblongo em chapa de aço de no mínimo 1,5mm de espessura, com passagem para cabos e acabamento em pintura epóxi-pó na cor alumínio.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

- Coluna de sustentação em chapa de aço de no mínimo 1,5mm de espessura, seção redonda, com diâmetro de 5 a 6cm, pintura em epóxi pó, na cor alumínio, pelo sistema eletrostático e curado em estufa.
- Pés/Sapatas reguladoras de nível com altura de 2 a 3cm.
- Fixação das estruturas ao tampo através de parafusos com buchas em zamak.

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 02 Unidades**

**Item 12 - MESA DE TRABALHO EM “L”**  
**Código SIASG/CATMAT\*: BR0257563**

**Descrição do Material:**

- Estação de trabalho, composta por 01 (uma) superfície (tampo) com corte sinuoso, em “L”, medindo 135x90cm, saídas de 60cm, confeccionada em MDF de 25mm de espessura com acabamento em lâmina de madeira de lei natural **Freijó**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.
- Tampo (**complemento**), medindo 90x60cm, sendo parte reto (60cm) e parte em semicírculo, com raio de 30cm, confeccionado em MDF de 25mm de espessura com acabamento em lâmina de madeira de lei natural **Freijó**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.
- Painel frontal com 18mm de espessura confeccionado em MDF, com acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta, fixado sob a superfície e entre montantes estruturais e coluna de sustentação.
- Painéis retos (**Fechamento da Mesa**) com 25mm de espessura, confeccionados em MDF, com acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta, fixados ao tampo através de mão francesa ou cantoneira com parafusos auto-atarraxantes ou girofix, **sendo 01 de 90x105cm (a ser instalado na lateral) e demais medindo, pelo menos, 60x105cm (a serem instalados na frente), totalizando 135x105cm.**
- Sistema conector para painéis (ligação no canto).
- Bordas dos tampos e dos painéis com acabamento/proteção igual às respectivas peças.
- Furação passa fio no tampo, com acabamento na cor preta.
- Calhas com saídas para tomadas elétricas e RJ45, fixadas na parte interna no painel frontal.
- Base em tubo de aço oblongo em chapa de aço de no mínimo 1,5mm de espessura, com passagem para cabos e acabamento em pintura epóxi-pó na cor alumínio.
- Coluna de sustentação em chapa de aço de no mínimo 1,5mm de espessura, seção redonda, com diâmetro de 5 a 6cm, pintura em epóxi pó, na cor alumínio, pelo sistema eletrostático e curado em estufa.
- Pés/Sapatas reguladoras de nível com altura de 2 a 3cm.
- Fixação das estruturas ao tampo através de parafusos com buchas em zamak.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 04 Unidades**

**Item 13 - MESA DE TRABALHO EM “L”**  
**Código SIASG/CATMAT\*: BR0257563**

**Descrição do Material:**

- Estação de trabalho, composta por 01 (uma) superfície (tampo) com corte sinuoso, em “L”, medindo 135x90 cm, saídas de 60 cm, confeccionada em MDF de 25mm de espessura com acabamento em lâmina de madeira de lei natural **Freijó**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.
- Tampo (**complemento**), medindo 90x60 cm, sendo parte reto (60cm) e parte em semicírculo, com raio de 30cm, confeccionado em MDF de 25mm de espessura com acabamento em lâmina de madeira de lei natural **Freijó**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.
- Painel frontal com 18mm de espessura confeccionado em MDF, com acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta, fixado sob a superfície e entre montantes estruturais e coluna de sustentação.
- Painéis retos (**Fechamento da Mesa**) com 25mm de espessura, confeccionados em MDF, com acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta, fixados ao tampo através de mão francesa ou cantoneira com parafusos auto-atarraxantes ou girofix, **sendo 01 de 90x105cm (a ser instalado na lateral) e demais medindo, pelo menos, 60x105cm (a serem instalados na frente), totalizando 135x105cm.**
- **Sistema conector para painéis (ligação no canto).**
- Bordas dos tampos e dos painéis com acabamento/proteção igual às respectivas peças.
- Furação passa fio no tampo, com acabamento na cor preta.
- Calhas com saídas para tomadas elétricas e RJ45, fixadas na parte interna no painel frontal.
- Base em tubo de aço oblongo em chapa de aço de no mínimo 1,5mm de espessura, com passagem para cabos e acabamento em pintura epóxi-pó na cor alumínio.
- Coluna de sustentação em chapa de aço de no mínimo 1,5mm de espessura, seção redonda, com diâmetro de 5 a 6cm, pintura em epóxi pó, na cor alumínio, pelo sistema eletrostático e curado em estufa.
- Pés/Sapatas reguladoras de nível com altura de 2 a 3cm.
- Fixação das estruturas ao tampo através de parafusos com buchas em zamak.

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 05 Unidades**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**Item 14 - MESA EM MADEIRA (GABINETE DO JUIZ AUXILIAR)**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0622437**

**Descrição do Material:**

- Tampo: em MDF, medindo 2,00 m de comprimento x 1,00 m de largura, em curva nas dimensões de 2,00m.
- Composição do tampo:
  - Placa inferior em MDF inteiriça, na cor preta, com 15mm de espessura, com bordas chanfradas e arredondadas a 180°. Acabamento do MDF em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta.
  - Sobretampo (parte superior do tampo bipartido/seccionado): uma parte em MDF com acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta, com 0,4 m de largura x 2,00 m de comprimento x 2,0 cm de espessura e outra parte em MDF folheado em lâmina de madeira de lei natural **Freijó**, com 0,6 m de largura x 2,00 m de comprimento x 2,0 cm de espessura.
- Altura da mesa de 0,75 m.
- 4 pés em aço tubular de 100 mm de diâmetro, com acabamento em pintura epóxi-pó na cor alumínio.
- Painel Frontal: placa de MDF com acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta, de 0,36 m de altura e travamento entre os dois pés frontais.
- Calha para passagem de fiação com divisão interna para fiação em chapa de aço # 18.
- Eletrocalha/Calha vertical de aço para subida de fios elétricos e lógica instalada;
- 02 Caixas de tomadas, na cor preta, embutidas na parte interna da mesa para 4 (quatro) módulos - (01) uma caixa, a configuração será 2 tomadas Flex com 10A/20A e 2 módulos USB DUO carregador com 2 entradas USB (USB tipo C + USB padrão); 01 (uma) caixa, uma das tomadas Flex será substituída por um módulo de rede com conector RJ45 fêmea - REF.: MODELO CX04FN, FABRICANTE CAIXA TOMADA.COM OU SIMILAR.
- Sapatas reguladoras de nível.
- Fixação da superfície à estrutura através de parafusos e buchas em zamak.

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 01 Unidade**

**Item 15 - MESA EM MADEIRA (GABINETE DO JUIZ AUXILIAR)**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR477962**

**Descrição do Material:**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

- Tampo em MDF, com acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta, 1,45 m de comprimento x 0,65 m de largura x 2 cm de espessura;
- Altura de 0,71 m (**compatível para sobreposição e encaixe (fixação) com a mesa do item 14, conforme projeto**);
- 3 pés em aço tubular de 100 mm de diâmetro, com acabamento em pintura epóxi-pó na cor alumínio, com furação para fixação na mesa principal;

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 01 Unidade**

**Item 16 – GAVETEIRO VOLANTE, 03 GAVETAS, EXECUTIVO**  
**Código SIASG/CATMAT\*: BR0612001**

**Descrição do Material:**

- Dimensões: 40x50x65cm, podendo variar em até 3cm.
- Laterais e fundo em MDF de no mínimo 15mm de espessura. Acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta.
- Frente das gavetas, com espessura de 20mm, e Tampo superior, com espessura de 25mm em MDF folheado em lâmina de madeira de lei natural **Freijó**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco.
- Três gavetas com laterais em aço ou laterais e fundo em aço, pintadas em epóxi pó preto, pelo sistema eletrostático, correndo sob trilhos metálicos, em roldanas de nylon, na parte superior.
- Puxadores embutidos na cor preta ou em metal na cor alumínio escovado.
- Fechadura frontal em aço cromado de comando único.
- Rodízios de duplo giro, em nylon integral.

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 12 Unidades**

**Item 17 - ARMÁRIO BAIXO EM MADEIRA, TIPO EXECUTIVO**  
**Código SIASG/CATMAT\*: BR0611264**

**Descrição do Material:**

- Armário com duas portas de abrir.
- Lateral e fundo em MDF de, no mínimo, 15mm de espessura. Acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta.
- Portas de abrir em MDF, com espessura de 20mm, e Tampo em MDF, com espessura de 25mm, com acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta.

- Fechadura frontal em aço cromado.
- Com 01 (uma) prateleira interna regulável ao passo de 5(cinco) em 5(cinco) cm.
- Base metálica em aço, altura de 50 a 60mm, pintada em epóxi pó, na cor preta.
- Dimensões: 95X60X75cm.

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 02 Unidades**

**Item 18 - ARMÁRIO BAIXO EM MADEIRA, TIPO EXECUTIVO**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0611264**

**Descrição do Material:**

- Armário com duas portas de abrir.
- Lateral e fundo em MDF de, no mínimo, 15mm de espessura. Acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta.
- Portas de abrir em MDF, com espessura de 20mm, e Tampo em MDF, com espessura de 25mm, com acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta.
- Fechadura frontal em aço cromado.
- Com 01 (uma) prateleira interna regulável ao passo de 5(cinco) em 5(cinco) cm.
- Base metálica em aço, altura de 50 a 60mm, pintada em epóxi pó, na cor preta.
- Dimensões: 85X60X75cm.

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 02 Unidades**

**Item 19 - ARMÁRIO BAIXO EM MADEIRA, TIPO EXECUTIVO**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0611264**

**Descrição do Material:**

- Armário com duas portas de abrir.
- Lateral e fundo em MDF de, no mínimo, 15mm de espessura. Acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta.
- Portas de abrir em MDF, com espessura de 20mm, e Tampo em MDF, com espessura de 25mm, com acabamento em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta.
- Fechadura frontal em aço cromado.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

- Com 01 (uma) prateleira interna regulável ao passo de 5(cinco) em 5(cinco) cm.
- Base metálica em aço, altura de 50 a 60mm, pintada em epóxi pó, na cor preta.
- Dimensões: 125X40X75cm.

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 01 Unidade**

**Item 20 - MESA EM MADEIRA, PARA REUNIÃO, REDONDA**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0381022**

**Descrição do Material:**

- Mesa de reunião redonda com capacidade para 16 lugares.
- Diâmetro de 320cm.
- Placa inferior em MDF, na cor preta, com 18mm de espessura, com bordas chanfradas e arredondadas a 180°. Acabamento do MDF em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta.
- Sobretampo (parte superior do tampo bipartido): em MDF, com espessura de 2,0 cm, dividido em duas tonalidades: os 50cm da parte externa será em MDF folheado em lâmina de madeira de lei natural **Freijó**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco, e nos 50cm da parte interna Acabamento do MDF em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta.
- Altura da mesa de 0,75 m.
- Parte central vazada com diâmetro de 120cm.
- 8 pés em aço tubular de 100 mm de diâmetro.
- Deverá ser dotada de peça metálica de travamento da estrutura de apoio.
- Sapata de apoio/niveladora.
- Caixas de tomadas, na cor preta, embutidas na parte interna da mesa para 4 (quatro) módulos - Em (07) sete caixas, a configuração será 2 tomadas Flex com 10A/20A e 2 módulos USB DUO carregador com 2 entradas USB (USB tipo C + USB padrão); Em 01 (uma) das caixas, 1 tomada Flex será substituída por um módulo de rede com conector RJ45 fêmea - REF.: MODELO CX04FN, FABRICANTE CAIXA TOMADA.COM OU SIMILAR.
- Eletrocalha/Calha vertical de aço para subida de fios elétricos e lógica instalada em um dos pés da estrutura.
- Calha para passagem de fios e cabos instalada sob a mesa.
- Fixação da superfície à estrutura através de parafusos e buchas em zamak.

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 01 Unidade**

**Item 21 - APARADOR**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0382806**

**Descrição do Material:**

- Tampo em MDF folheado em lâmina de madeira de lei natural **Freijó**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco, medindo 200x40x12cm. Para a fabricação do tampo, deverão ser utilizadas 02 placas de MDF maciças nas extremidades, com no mínimo 18mm de espessura cada, e na parte interna deverá ser utilizada estrutura metálica em metalon (para evitar empeno do tampo), com enchimento em MDF.
- 02 (dois) pés em MDF nas extremidades laterais medindo 40x18x69cm com uma parte reduzida no encontro com o tampo medindo 34x12x4cm;
- Sapata niveladora de altura;
- Altura: 85cm

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 04 Unidades**

**Item 22 - APARADOR**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0382806**

**Descrição do Material:**

- Tampo em MDF folheado em lâmina de madeira de lei natural **Freijó**, com acabamento em verniz poliuretano semifosco, medindo 235x40x12cm. Para a fabricação do tampo, deverão ser utilizadas 02 placas de MDF maciças nas extremidades, com no mínimo 18mm de espessura cada, e na parte interna deverá ser utilizada estrutura metálica em metalon (para evitar empeno do tampo), com enchimento em MDF.
- 02 (dois) pés fabricados em MDF nas extremidades laterais, medindo 40x18x69cm com uma parte reduzida no encontro com o tampo medindo 34x12x4cm.
- Altura: 80cm.

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 02 Unidades**

**Item 23 – ARMÁRIO EM MADEIRA PARA FRIGOBAR**

**CÓDIGO SIASG/CATMAT\*: BR0458114**

**Descrição do Material:**

- Armário com uma porta;
- Tampo de 73cm de largura e 65cm de profundidade, confeccionado em MDF de 25mm de espessura.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

- Frente com uma porta com 83,5cm de altura e 72cm de largura, confeccionada em MDF de 20mm de espessura, com puxador metálico, e um nicho com 25cm de altura x 65cm de profundidade (20x63,5cm Interno);
- Altura total do armário: 114cm
- Lateral e fundo em MDF de, no mínimo, 15mm de espessura.
- Fundo com abertura para ventilação;
- Sapatas/Pés niveladores com, aproximadamente, 5cm de altura;
- Acabamento do MDF em resina poliuretânica semi-fosca preta com tinta PU-LBR/30 ou similar com acabamento GOFFRATO ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, na cor preta;

**Garantia do fabricante: mínima de 03 (três) anos.**

**QUANTIDADE: 02 Unidades**

**\*ATENÇÃO:** Ocorrendo divergência entre a descrição do produto constante no código SIASG (CATMAT) e no Termo de Referência, prevalecerá a descrição deste último.

**\*\* A Marca e Linha do mobiliário indicada como referência (Marca MADEIRENSE, Linha SUPREMA) devem ser consideradas como parâmetros de qualidade e funcionalidade dos produtos a serem adquiridos, podendo ser fornecido mobiliário de melhor qualidade.**

### **3.2 – FORMAÇÃO DE LOTE**

LOTE 01 - itens 01 a 23

#### **3.2.1 – JUSTIFICATIVA PARA A FORMAÇÃO DE LOTE**

Faz-se necessária a aquisição por lote, considerando os projetos juntados aos autos (1265543, 1265544). Destaca-se, ainda, a necessidade de buscar a padronização / harmonização dos itens entre si, pois esses mobiliários compõem ambientes da alta Administração: Gabinetes dos Membros e Presidência.

### **3.3 – REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE**

#### **3.3.1 - Certificados**

**a.1 – Para TODOS os itens,** deverá ser apresentada a comprovação do **registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, com o respectivo Certificado de Regularidade válido**, em nome do fabricante.

**a.1.1 –** É dispensada a exigência desse item caso a atividade não conste na Tabela de Atividades, Anexo I, da Instrução Normativa IBAMA nº 13 de 23 de Agosto de 2021.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**a.1.2 - Justificativa:** Destacamos que tal exigência decorre da necessidade de considerarmos como boas práticas a exigência de critérios de sustentabilidade.

Em nosso entendimento, solicitar o atendimento, no que couber, à Instrução Normativa IBAMA nº 13 de 23 de Agosto de 2021, assegura que os produtos que atendem à demanda da Administração, produzidos por empresas que exercem **Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais**, não sejam frutos de atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais sem qualquer meio de controle ou fiscalização.

**a.2 – A comprovação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, com o respectivo Certificado de Regularidade válido**, em nome do fabricante, poderá ser feita “online” no sítio do IBAMA, desde que o Licitante disponibilize durante a Sessão Pública as informações necessárias para consulta.

**a.2.1 - Caso não seja possível obter a comprovação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, com o respectivo Certificado de Regularidade válido**, previsto na Instrução Normativa IBAMA nº 13 de 23 de Agosto de 2021, “online” no sítio do IBAMA, o pregoeiro convocará a empresa licitante para, no prazo de 2 (duas) horas, contados a partir da convocação via chat, enviar o respectivo documento comprobatório.

**a.2.1.1 - O documento comprobatório do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, com o respectivo Certificado de Regularidade válido**, previsto na Instrução Normativa IBAMA nº 13 de 23 de Agosto de 2021, **deverá ser encaminhado na fase de julgamento da proposta, na forma eletrônica, como “ANEXO”, no Sistema Compras.gov.**

**a.2.1.2 – Após o prazo estipulado, o pregoeiro ENCERRARÁ a CONVOCAÇÃO, ficando o licitante impossibilitado de encaminhar o documento comprobatório do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, com o respectivo Certificado de Regularidade válido**, previsto na Instrução Normativa IBAMA nº 13 de 23 de Agosto de 2021, **e sua proposta será DESCLASSIFICADA.**

**b.1 – Para TODOS os itens**, deverá ser apresentada a **Certificação FSC ou CERFLOR ou ABNT ISO 14001** a fim de demonstrar a origem da madeira que será utilizada na confecção dos mobiliários.

**b.1.1 - Caso a certificação seja fornecida em nome da indústria produtora dos painéis de madeira, utilizados como matéria prima pela indústria do mobiliário, a empresa licitante deverá comprovar, por meio de documentos (declarações ou outros), que será entregue o mobiliário fabricado com a madeira certificada.**

**b.2- Laudo de Ensaio conforme NBR 14535/08, comprovando resistência à dureza ao Lápis 5H ou superior (para rompimento e amassamento), e resistência a abrasão.**

**b.3 – O Pregoeiro convocará, via chat, a empresa licitante para enviar o(s) respectivo(s) documento(s).**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**b.3.1 – O(s) documento(s) comprobatório(s) da certificação, e outros, deverá(ao) ser encaminhado(s) na fase de julgamento da proposta, na forma eletrônica, como “ANEXO”, no Sistema Compras.gov.**

**b.3.1.1 – Após o prazo estipulado, o pregoeiro ENCERRARÁ a CONVOCAÇÃO, ficando o licitante impossibilitado de encaminhar o documento referente à certificação do produto e sua proposta será DESCLASSIFICADA.**

**c.1 – Os Certificados e Laudos, por si só, não dispensam o atendimento às demais especificações contidas neste Termo de Referência.**

#### **4 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **4.1 – PRAZO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO:**

**4.1.1 – O prazo de entrega e instalação dos materiais será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.**

##### **4.2 – LOCAL DE ENTREGA E INSTALAÇÃO:**

**4.2.1 – A entrega e a instalação dos materiais, LOTE 01, será feita no 5º andar e no 9º andar do Edifício Sede do TRE-ES, Av. João Batista Parra, 575, CEP 29052-123, Praia do Suá, Vitória-ES.**

**4.2.2 – A montagem/instalação deverá ser realizada conforme ADENDOS I e II.**

**4.2.3 – O material deverá ser entregue em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, incluídos nos preços propostos todos os custos com materiais, montagem/instalação, mão-de-obra, transportes, carga e descarga, bem como todos os elementos que garantam a prestação do objeto dentro das exigências das normas, especificações e detalhes, remunerações e quaisquer outros encargos que incidam sobre a obrigação dessa prestação.**

##### **4.3 - RECEBIMENTO DO OBJETO:**

**4.3.1 - Recebimento Provisório:** No ato da entrega os materiais serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação.

**4.3.2 - Recebimento Definitivo:** Para o recebimento definitivo, será avaliado se os materiais estão em conformidade com todos os requisitos definidos no Edital/Termo de Referência;

**4.3.2.1 - O recebimento definitivo dar-se-á em um prazo máximo de 5 dias úteis após o recebimento provisório, com o atesto do documento fiscal.**

**4.3.3 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.**

##### **4.4 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

- a) Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;
- b) Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, se cabíveis;
- c) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos;
- d) Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto.

#### 4.5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Receber/Retirar a nota de empenho no prazo 3 dias úteis. Havendo instrumento contratual, o mesmo deverá ser assinado digitalmente no prazo de 3 dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE-ES;
- b) Entregar o produto no prazo estipulado no item 4.1, deste Termo de Referência;
- c) Entregar o mesmo pelo preço final previsto na Ata da Sessão Pública;
- d) Entregar o material no edifício-sede do TRE/ES, sem que isso implique em acréscimo no preço constante da Ata da Sessão Pública. Após a entrega, e instalação, o produto será conferido pelo setor competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, que atestará a sua regularidade.
  - d.1) constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-lo no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir do término do prazo máximo de entrega, estabelecido na letra “b” ou a partir da data do recebimento, pelo licitante vencedor, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem seja mais favorável ao licitante vencedor.
  - d.2) retirar, no ato da substituição, ou em até 05 (cinco) dias úteis da ocorrência da mesma, mediante documento hábil a ser emitido pelo fornecedor, todo material que porventura tenha sido substituído, por estar em desacordo com a especificação prevista neste termo.
- e) Entregar o produto com informações corretas, claras, precisas e em língua portuguesa sobre suas características, quantidade, composição e origem, em atendimento ao disposto no Código de Defesa do Consumidor, bem como, **atender às Normas pertinentes (ABNT, INMETRO e outras)**, observando as dimensões e demais especificações solicitadas neste termo;
- f) Em se tratando de produto estrangeiro ou produto com tecnologia importada, deverá vir acompanhado de manual cujas especificações mínimas deverão estar traduzidas em língua portuguesa;
- g) Providenciar a retirada de todo material não aceito pelo Contratante no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados automaticamente a partir da data do término do último prazo de entrega/substituição previsto neste instrumento, sob pena de caracterização de abandono, podendo, então, o material ser incorporado ao patrimônio deste TRE-ES;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

- h) A Nota Fiscal/Fatura apresentada por ocasião do pagamento deverá ser, OBRIGATORIAMENTE, emitida pelo mesmo estabelecimento habilitado no procedimento licitatório;
- i) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- j) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento;
- k) Substituir, em até 5 (cinco) dias úteis, o documento fiscal que relacione itens não aceitos, por estarem em desconformidade com o Edital, por outro que contenha apenas os aprovados.

## 5 - MODELO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

### 5.1 - FIXAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO:

O objeto entregue deverá atender às especificações deste Termo de Referência.

### 5.2 - INDICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS MÍNIMOS DE TESTE E INSPEÇÃO:

Não existem procedimentos mínimos de teste e inspeção previstos para a presente contratação. Devem ser seguidos somente os critérios do subitem 4.3, referente aos procedimentos para recebimento provisório e definitivo.

### 5.3 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

**5.3.1** - O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho (ou a recusa em aceitá-la), implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado e no impedimento de licitar e contratar com a UNIÃO pelo período de até 3(três) anos;

**5.3.2** - Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o contratado que descumprir as obrigações nele estipuladas, ficará sujeito às sanções estabelecidas nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021 e, ainda, às seguintes penalidades:

Descumprimento	Percentual de multa diária	Limite de dias	Percentual total da multa	Valor de incidência da multa
a) Atraso de entrega	0,25%	20	5%	Objeto em atraso
b) Atraso na substituição	0,25%	20	5%	Objeto em atraso
c) Prazo excepcional de entrega ou substituição	0,25%	20	5%	Objeto em atraso



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

d) Inexecução total ou parcial	----		30%	Objeto inexecutado
e) Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	----		0,5%	Total do contrato

Obs.: como substituição, deve ser entendida qualquer correção que se faça necessária no objeto entregue, antes de seu aceite definitivo, seja a troca de parte ou de todo o material/equipamento entregue, seja, conforme o caso, alguma correção que envolva apenas o serviço de montagem ou instalação que componha o objeto.

**5.3.3** - O atraso superior a 20 (vinte) dias, na entrega ou na substituição, caracterizará a inexecução total da obrigação.

**5.3.4** - Excepcionalmente, após esse prazo (5.3.3), e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o material poderá ser recebido, em uma única ocorrência (na entrega ou na substituição), no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se o contratado à aplicação de multa diária correspondente a 0,25%, incidente sobre o valor do objeto, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 5% (cinco por cento).

**5.3.5** - A solicitação de adiamento do prazo de entrega ou de substituição, na forma do item anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

**5.3.6** - A aplicação das multas previstas não exime o contratado de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

**5.3.7** - Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ao adjudicatário ou cobrados judicialmente.

**5.3.8** - As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no CEIS.

**5.3.9** - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicado/contratado, na forma do estabelecido na Lei Nº 14.133/2021 e subsidiariamente na Lei Nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

**5.3.10** - A contagem do prazo estabelecido no subitem 5.3.2, alíneas “a” e “b”, inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto adjudicado, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pelo contratado, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do material.

**5.3.11** - A contagem do prazo estabelecido no subitem 5.3.4. inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido no subitem 5.3.2, alíneas “a” e “b”, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

**5.3.12** - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida.

II - As peculiaridades do caso concreto.

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**5.3.13** - Da aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento do processo.

**5.3.14** - No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**5.3.15** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **6 - PAGAMENTO**

### **6.1 - PRAZO DE PAGAMENTO:**

O objeto entregue pelo contratado será pago após a apresentação do respectivo documento fiscal, mediante depósito bancário em conta corrente. Não havendo nenhum fator impeditivo provocado pela contratada, a Contratante providenciará a emissão da ordem bancária até o 5º (quinto) dia útil após o atesto do documento fiscal pelo servidor ou equipe gestora responsável, obedecida a ordem cronológica prevista no Art. 141 da Lei N° 14.133/2021.

### **6.2 - CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO:**

**6.2.1** - O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere as retenções tributárias.

**6.2.2** - O documento fiscal apresentado por ocasião do pagamento deverá ser, obrigatoriamente, emitido pelo mesmo estabelecimento habilitado no procedimento licitatório.

**6.2.3** - Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

**6.2.4** - A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF n° 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

**6.2.5** - A declaração de que trata o item anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

**6.2.6** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da fórmula  $EM = I \times N \times VP$ , na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$   $I = 6/100/365$   $I = 0,0001643$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

## **7 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **7.1 - ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:**

**7.1.1** - O objeto da contratação será adjudicado à empresa que ofertar o MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE.

### **7.2 – DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

**7.2.1** - O interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

**7.2.1.1** - Antes da abertura do prazo para apresentação da amostra o pregoeiro consultará o licitante com a proposta melhor classificada para confirmar sua intenção de entrega da amostra.

**7.2.1.2** - Não havendo a confirmação ou o licitante declinando da entrega da amostra a proposta será desclassificada.

**7.2.2** - Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

a) Item 05 - 01 gaveteiro para uso nos Gabinetes dos membros, em lâmina de madeira natural marfim.

b) Item 11 - 01 estação de trabalho para uso na Presidência, em lâmina de madeira natural freijó.

c) Não é necessária a entrega de amostra do material indicado como referência da contratação (marca: Madeirense; linha: Suprema), tendo em vista a pré-aprovação do mesmo.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

7.2.3 - As amostras deverão ser entregues no endereço Av. João Baptista Parra, nº 575, Praia do Suá, CEP: 29052-123, Vitória/ES, até o prazo limite de 15(quinze) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

7.2.4 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

7.2.5 - A amostra será avaliada quanto ao atendimento das especificações técnicas e requisitos de qualidade, desempenho e funcionalidade definidos neste termo de referência.

7.2.6 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.2.7 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

7.2.8 - Os itens entregues como amostras serão aproveitados para o cumprimento final da obrigação, de forma que o licitante poderá reduzir o quantitativo final a ser entregue do item correspondente.

7.2.9 - Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues e não aceitas deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 60 (sessenta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

### 7.3 - MARGEM DE PREFERÊNCIA:

Não se aplica a atual contratação.

## 8 - PREÇO ESTIMADO

Item	Valor Unitário Estimado do Item (R\$)	Valor Total Estimado do Item (R\$)
01	6.532,67	39.196,02
02	6.532,67	58.794,03
03	3.063,50	12.254,00
04	3.094,00	3.094,00
05	2.403,00	36.045,00
06	2.620,00	28.820,00
07	3.037,83	15.189,15
08	12.516,53	12.516,53
09	2.488,07	12.440,35
10	1.672,00	8.360,00
11	6.398,00	12.796,00



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

12	6.420,67	25.682,68
13	6.420,67	32.103,35
14	9.224,33	9.224,33
15	3.347,50	3.347,50
16	2.391,00	28.692,00
17	3.177,33	6.354,66
18	3.177,33	6.354,66
19	3.244,00	3.244,00
20	15.915,33	15.915,33
21	3.275,00	13.100,00
22	3.405,00	6.810,00
23	2.488,07	4.976,14
VALOR DO LOTE 01		395.309,73

## 9 - DAS VEDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

**9.1** - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**9.2** - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação/contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**9.2.1** - O impedimento de que trata o item 9.2 será também aplicado ao contratante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do contratante.

**9.3** - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**9.4** - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação da contratação, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

## 10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

SITUAÇÃO
SERÁ RESERVADO VALOR NO ORÇAMENTO 2025
PROGRAMA DE TRABALHO
02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - no Estado do Espírito Santo
PLANO ORÇAMENTÁRIO
0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa
NATUREZA DA DESPESA
449052 – Equipamentos e Material Permanente
42 - Mobiliário em geral
PLANO INTERNO
INV MOVEIS
VALOR CONSIDERADO
R\$ 395.309,73 (trezentos e noventa e cinco mil trezentos e nove reais e setenta e três centavos)
OBSERVAÇÃO

**11 – DA LEI Nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais)**

**11.1** - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**11.2** - Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

**12 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO**

**12.1** - Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio atesta estar ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas neste documento, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

**MAURICIO XAVIER DA COSTA**  
**Técnico Judiciário**

**ADENDO I**

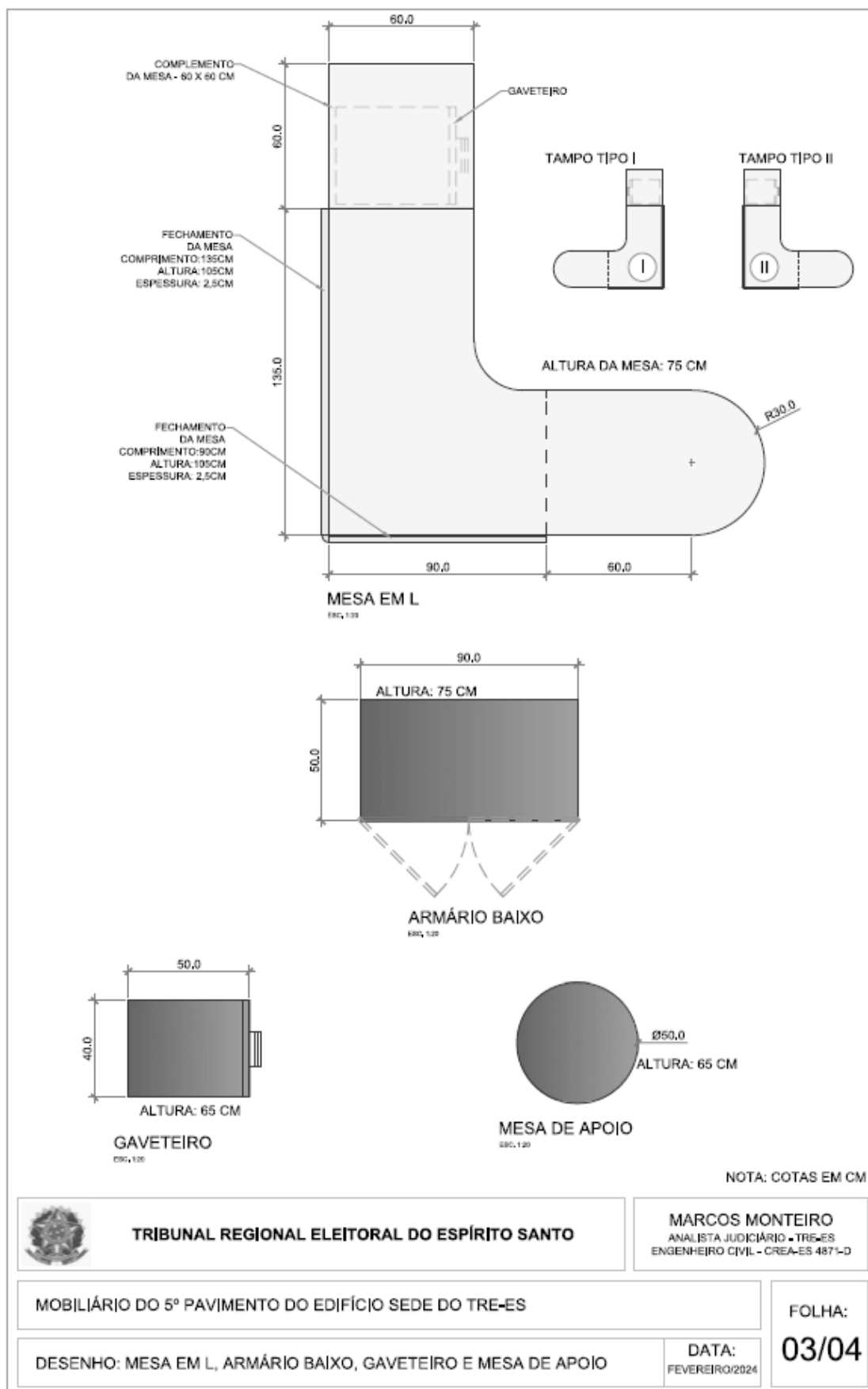








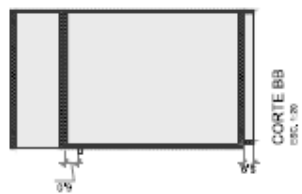
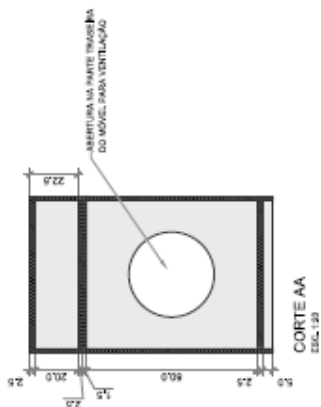
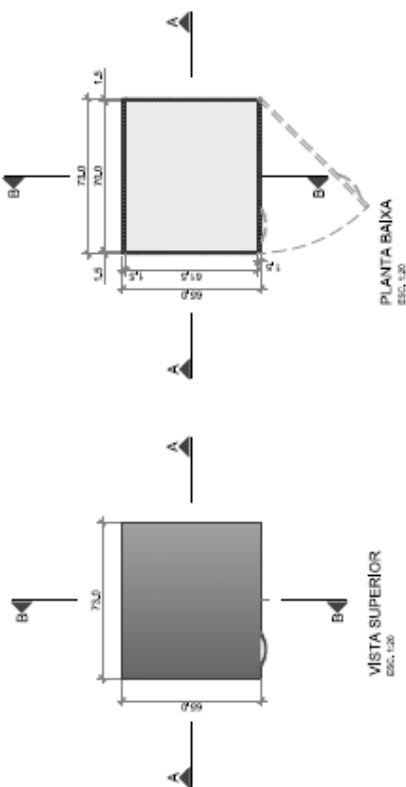
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

MÓVEL DO FRIGOBAR  
QUANTIDADE: 5 UNIDADES



VISTA FRONTAL  
ESC. 1:20



VISTA LATERAL DIREITA  
ESC. 1:20

MÓVEIS PARA COMPRA		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	MESA EM L - TAMPO TIPO I	6
2	MESA EM L - TAMPO TIPO II	9
3	FECHAMENTO DE MESA EM L 135X103X2,5CM	15
4	FECHAMENTO DE MESA EM L 80X103X2,5CM	15
5	COMPLEMENTO DE TAMPO DE MESA EM L 80X60CM	15
6	MESA RETANGULAR - 140X60CM - TAMPO TIPO III	4
7	MESA RETANGULAR - 140X60CM - TAMPO TIPO IV	1
8	GAVETEIRO - 40X50X5CM	14
9	ARMÁRIO BAIXO - 90X60X75CM	10
10	MESA DE APOIO ÀS POLTRONAS - DIÂMETRO: 50CM E ALTURA: 65CM	5
11	MESA DE REUNIÃO - LARGURA DAS EXTREMIDADES: 90CM; LARGURA CENTRAL: 120CM; COMPRIMENTO: 400CM E ALTURA: 75CM - DETALHES: FOLHA 01 DE 04	1
12	MÓVEL DO FRIGOBAR	5
13	POLTRONA DOS GABINETES	10
14	SOFA DAS RECEPÇÕES DAS SECRETARIAS DOS GABINETES	5
15	CADIERA DE ESCRITÓRIO ERGONOMICA	42
16	VASO DE PLANTA ORNAMENTAL NATURAL	5

OBSERVAÇÃO: A ESPECIFICAÇÃO DO MOBILIÁRIO, BEM COMO AS CORES DE CADA ITEM, LITADO DEVERÁ SER DE ACORDO COM A SERVIDORA, ASSESSORA DE UM DOS GABINETES, SPC, CLAUDIA GUSTAS DE AZEVEDO BINCHIL.

NOTA: COTAS EM CM

MARCOS MONTEIRO  
ANA BIA LUIZ MARINHO  
ENGENHEIRO CIVIL - CREA 05 001 407 40

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



FOLHA:  
04/04

MOBILIÁRIO DO 5º PAVIMENTO DO EDIFÍCIO SEDE DO TRE-ES

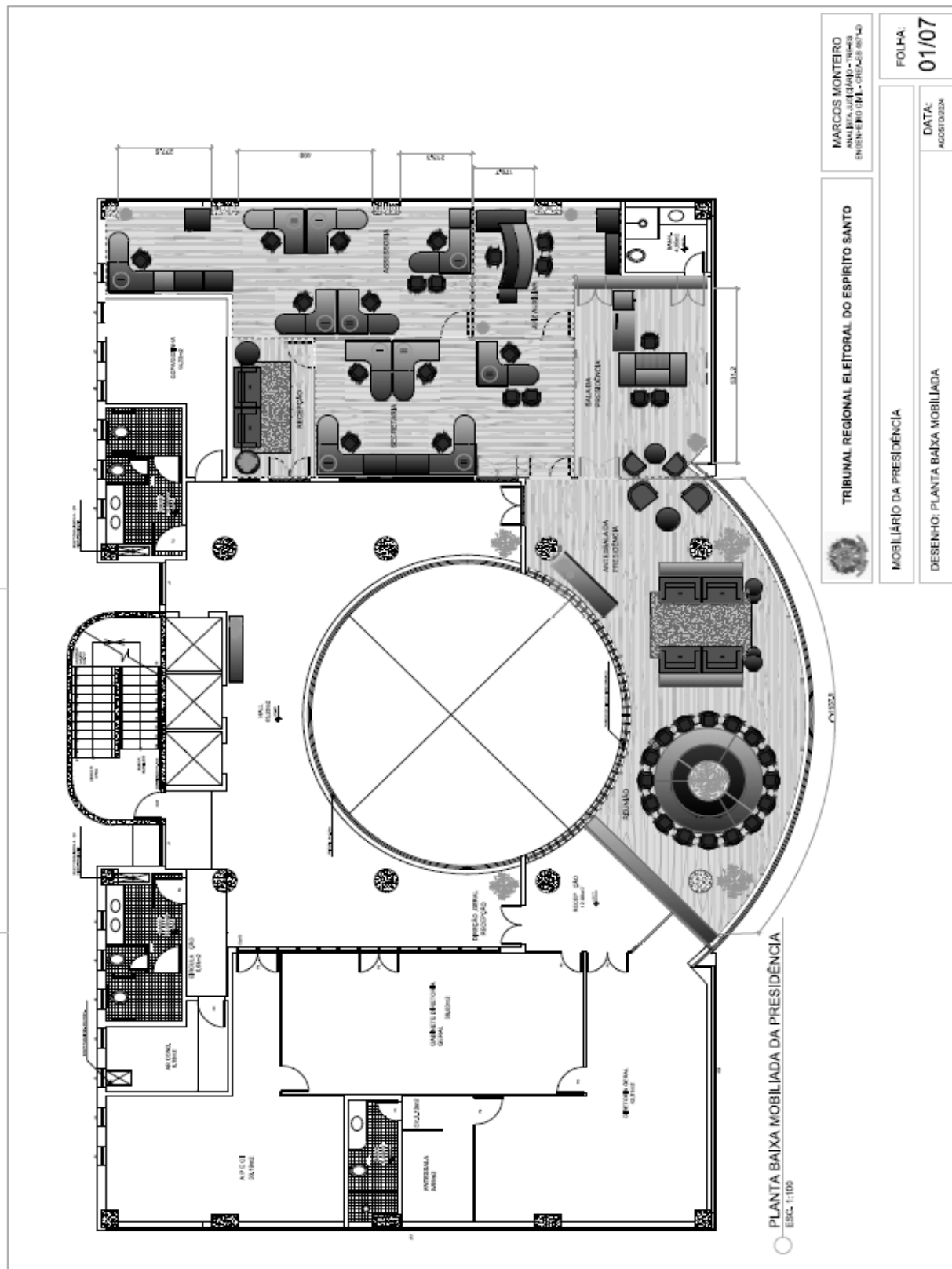
DESENHO: MÓVEL DO FRIGOBAR E TABELA DE QUANTITATIVOS

DATA:  
Fevereiro/2022



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

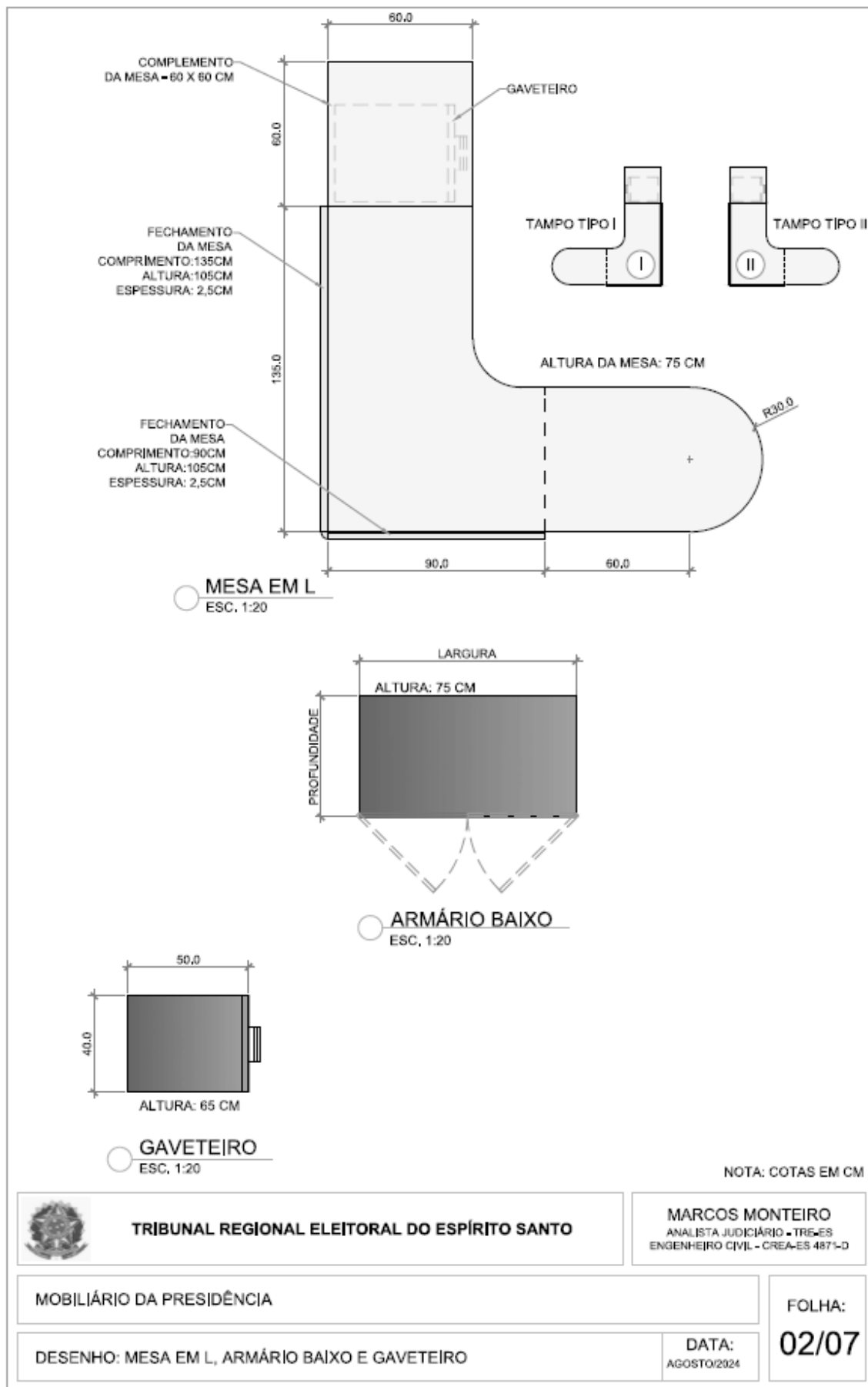
ADENDO II





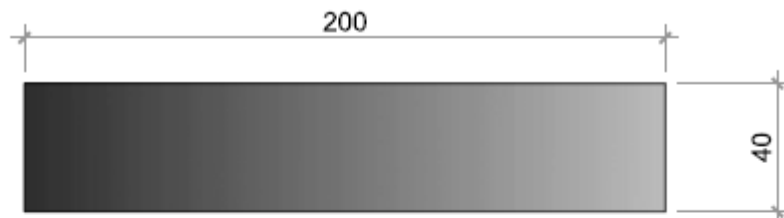


PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

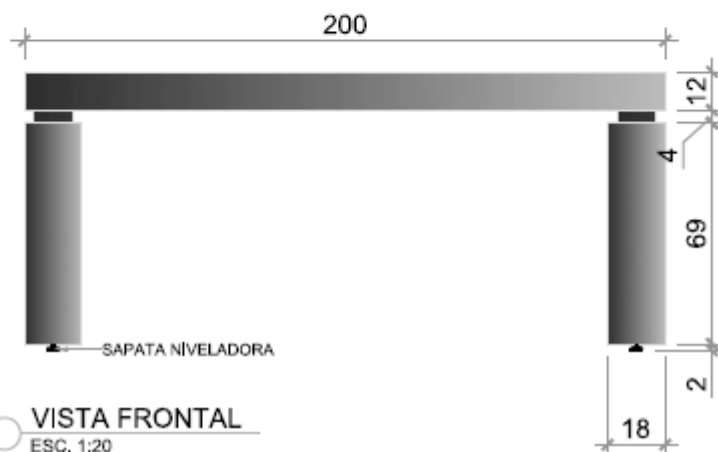




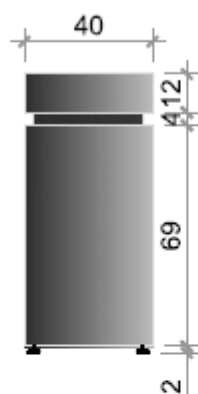
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



VISTA SUPERIOR  
ESC. 1:20



VISTA FRONTAL  
ESC. 1:20



VISTA LATERAL  
ESC. 1:20

NOTA: COTAS EM CM



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

MARCOS MONTEIRO  
ANALISTA JUDICIÁRIO - TRE-ES  
ENGENHEIRO CIVIL - CREA-ES 4875-D

MOBILIÁRIO DA PRESIDÊNCIA

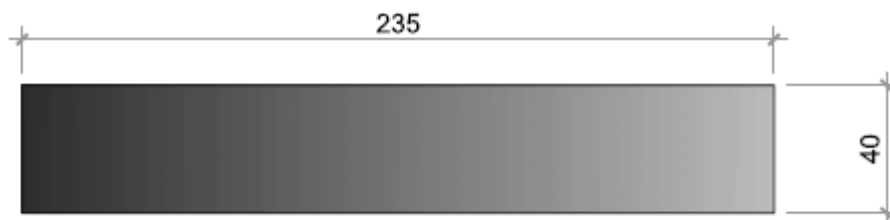
DESENHO: APARADOR DO LADO DOS ELEVADORES (1 PEÇA)

DATA:  
AGOSTO/2024

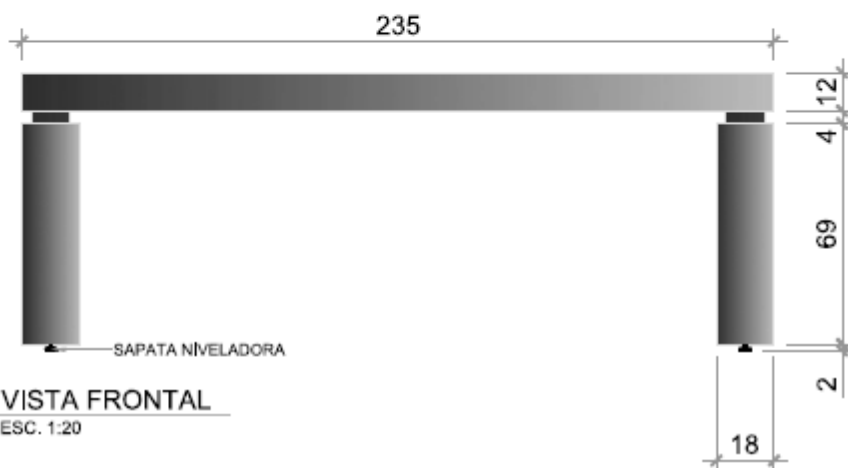
FOLHA:  
**03/07**



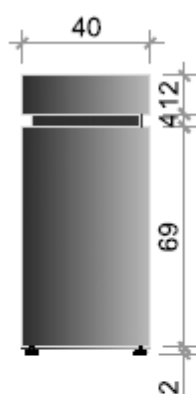
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



VISTA SUPERIOR  
ESC. 1:20



VISTA FRONTAL  
ESC. 1:20



VISTA LATERAL  
ESC. 1:20

NOTA: COTAS EM CM



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

MARCOS MONTEIRO  
ANALISTA JUDICIÁRIO - TRE-ES  
ENGENHEIRO CIVIL - CREA-ES 4871-D

MOBILIÁRIO DA PRESIDÊNCIA

DESENHO: APARADORES DA ANTESSALA DA PRESIDÊNCIA (2 PEÇAS)

DATA:  
AGOSTO/2024

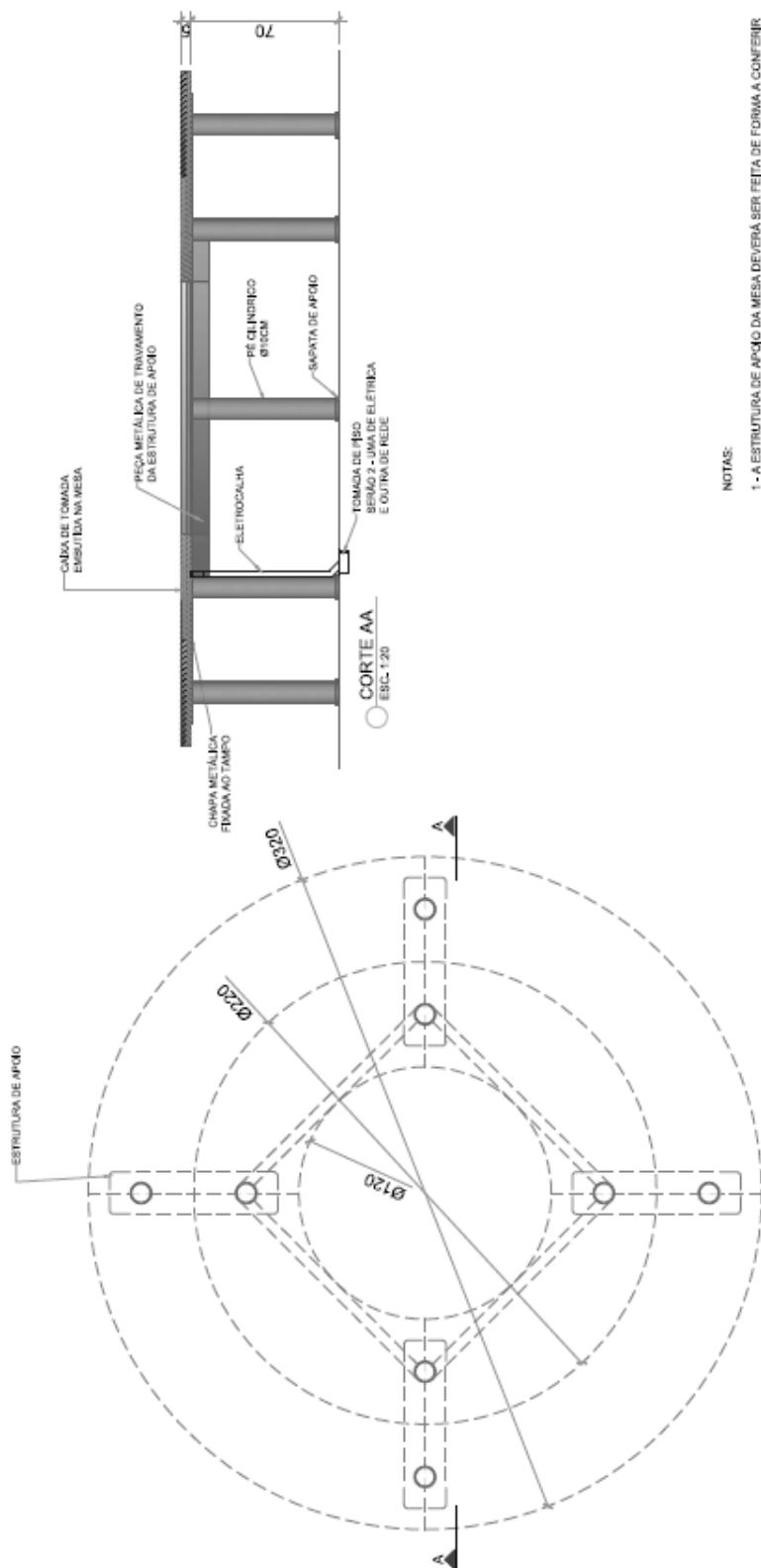
FOLHA:

04/07





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



NOTAS:  
1- A ESTRUTURA DE APOIO DA MESA DEVERÁ SER FEITA DE FORMA A CONFERIR  
TOTAL ESTABILIDADE AO CONJUNTO;  
2- COTAS EM CM

○ ESTRUTURA DE APOIO DA MESA DE REUNIÃO  
ESQ. 1:20

	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO	MARCOS MONTEIRO ANALISTA JUDICIÁRIO - TRES-ES ENGENHEIRO (CM) - CREA-ES 38740
	MOBILIÁRIO DA PRESIDÊNCIA	FOLHA: 06/07
DESENHO: ESTRUTURA DE APOIO DA MESA DE REUNIÃO		DATA: AGOSTO/2024







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DO LICITANTE

(Informações da empresa participante da licitação e daquela que executará o objeto/contrato, caso diferentes (Matriz/Filiais))

Endereço Eletrônico (email)	
Endereço Comercial	
Telefone Comercial	
Nome do Representante Legal	

Vitória, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ .

\_\_\_\_\_  
nome e assinatura do representante da empresa